

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e sete, às 09:15 hs na Sala de Áudio-Visual do SENAI/ FIEMT, ocorreu a 7ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Informes; Aprovação da ATA da 6ª Reunião Ordinária do CEHIDRO; Aprovação da Resolução nº. 11 que institui a Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos; Proposta de Alteração da Lei nº. 8.097 de 24/03/2004 que trata da administração e Conservação das Águas Subterrâneas de domínio do estado; Apresentação do Plano Estadual de Recursos Hídricos e Relatório das Reuniões da Câmara Técnica de Construção de Barragens. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO o Senhor Luiz Henrique Magalhães Noquelli, que registrou a presença dos seguintes Conselheiros: o senhor Ernesto José de Moraes Bello representante da SINFRA, o senhor Rogério Monteiro Costa e Silva representante da SEDER, o Sr. Geraldo Donizeti Lúcio representante da SEDTUR, a Srª. Letícia Bertaia representante da SES, a Srª. Maria Lenice M. Conceição representante da SICME, a Srª. Ednir Maria Serigatto, substituindo a srª. Carolina Joana da silva, representante da UNEMAT, o Sr. Antônio Brant Vecchiato representante da UFMT, a Srª. Cíntia Barroca de Castro representante do IBAMA, o Sr. Renato Blat Migliorini representante da ABAS, a Srª. Ribenildes Carla G. e Souza representante da FIEMT, a Srª. Vânia Tarcila Borges representante da SANECAP, a Srª. Rosemery Machado Meger representante da Rede CEMAT, o Sr. Conselheiro Décio Elói Siebert representante do IPAC, a Srª. Conselheira Alessandra Panizi Souza representante do Instituto CREATIO. O Secretário Executivo informou que o Secretario de Estado do Meio Ambiente, o Sr. Luis Henrique Chaves Daldegan não pode comparecer à reunião. Foram apresentados os seguintes informes: 1) Encaminhamento da Moção nº. 01/2007, sobre a manifestação contrária á Proposta de Emenda Constitucional nº. 43/2000, relativa a titularidade das águas subterrâneas, para o Senador Renan Calheiros e para o CRH do Estado de São Paulo, para conhecimento. 2) Arquivamento da Moção nº. 02/2007, sobre a solicitação de abertura de uma vaga, para representação do CEHIDRO junto a Comissão que discute a alteração do Código Estadual de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, a qual foi negada pelo secretário, enfatizando que foi criada uma Comissão Temática de Recursos Hídricos e mineração, na qual a conselheira Alessandra Panizi é presidente e a Superintendência de Recursos Hídricos faz parte, estando assim o CEHIDRO representado mesmo que a moção não tenha sido enviada. Enfatizou ainda

que nas discussões que já ocorreram desta comissão está sendo discutido por enquanto apenas recursos hídricos, e apenas citada mineração, o que será visto posteriormente. O conselheiro Rogério Silva colocou que a conselheira Alessandra Panizi está representando o CONSEMA, sendo respondido pelo secretário executivo que estando lá ela também atende aos interesses do CEHIDRO; 3) Publicação da Ata da 5ª Reunião Ordinária do CEHIDRO no D.O.E. n.º 24520 de 25/01/2007; 4) Publicação da Resolução n.º. 09 que institui a Câmara Técnica de Construção de Barragens no D.O.E. n.º 24520 de 25/01/2007; 5) Publicação da Resolução n.º. 10 Instituir o Roteiro Básico para o Licenciamento de Barragens de Terra Já Construídos no D.O.E. n.º 24531 de 09/02/2007; 6) O Secretário executivo colocou que o Ministério do Meio Ambiente solicitou que fosse disponibilizado no site do CEHIDRO os contatos dos conselheiros, entre eles o telefone, endereço e e-mail, para dar maior publicidade. Solicitou que os conselheiros que desejassem divulgar um dado diferente do utilizado pela secretaria executiva para contactá-los, enviassem os mesmos por e-mail até o dia 04/04/2007. 7) O secretário executivo falou que devido ao Plano Estadual de Recursos Hídricos será necessário realizar encontros públicos para que se faça a apresentação do mesmo para a sociedade. O Secretário executivo convidou os conselheiros para serem moderadores destas reuniões, que devem se realizar no dia 22/05 em Sinop, representando a bacia Amazônica, dia 29/05 em Cuiabá, representando a Bacia do Alto Paraguai e dia 05/06 em Barra do Garças representando a Bacia Tocantins Araguaia. Enfatizou a necessidade de no mínimo três conselheiros em cada reunião e que a princípio o transporte será fornecido pela Secretaria de Estado de meio Ambiente. A conselheira Alessandra Panizi questionou se os encontros seriam realizados durante o dia, sendo respondido pelo secretário executivo que a princípio somente durante o dia, enfatizando ainda que seria necessária a participação dos conselheiros devido a CEHIDRO ser deliberativo em relação ao Plano Estadual. O conselheiro Décio Siebert questionou como será feito o transporte sendo respondido pelo secretário executivo que será feito com carro próprio da SEMA ou de microônibus. O conselheiro Décio Siebert se ofereceu para participar do encontro em Sinop, a conselheira Alessandra Panizi se ofereceu para participar em Cuiabá e Sinop, a conselheira Ribenildes Carla se ofereceu para ser moderadora em Barra do Garças, Os conselheiros Renato e Rogério se ofereceram para ser moderadores em Barra do Garças e a conselheira Cíntia de Castro se ofereceu para participar em Sinop. Ficou definido pelo secretário executivo que a secretaria entrará em contato com todos os conselheiros para reafirmar o convite e confirmar a participação. 8) o Secretário executivo relatou sua

69 participação na reunião dos Programas e Subprogramas do Plano Nacional de Recursos
70 Hídricos, realizada em Brasília e colocou que o site do Plano Nacional encontra-se aberto
71 para sugestões. Colocou ainda que aproveitou a estada em Brasília para se encontrar
72 com o Superintendente Adjunto da Agência Nacional de Águas para conversar sobre o
73 início do Pró-Agua nacional, e que deverá voltar dia 13 para Brasília para conversar sobre
74 o início do programa. O secretário executivo agradeceu a participação das outras
75 superintendência da SEMA na reunião e fez uma breve apresentação sobre a legislação
76 envolvendo o Plano Estadual de Recursos Hídrico, destacando a necessidade de
77 aprovação do mesmo pelo CEHIDRO e a decorrente necessidade de criação de uma
78 Câmara Técnica para o acompanhamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos.
79 Enfatizou que para estar de acordo com o plano é necessário conhecê-lo e que isto é
80 muito importante também para percebermos a importância do CEHIDRO na aplicação da
81 Política Estadual de Recursos Hídricos. Em seguida, o secretário executivo convidou
82 Wilson Simões, consultor do plano em nível nacional e Sergio Simião, contratado pelo
83 Ministério do Meio Ambiente para o programa pantanal, para apresentar o Plano Estadual
84 de Recursos Hídricos. O Sr. Wilson fez um apanhado geral da situação atual do Plano,
85 colocando que estão tentando seguir a legislação e que a função do plano é subsidiar as
86 ações para se fazer a gestão de recursos hídricos no estado. Colocou ainda que a SEMA
87 já faz a gestão, mas carece de instrumentos e o plano cumpre essa função, avaliando a
88 situação atual e prevendo cenários futuros para fazer uma fase final de proposição.
89 Enfatizou ainda que existe a preocupação de fazer uma plano aplicável, e que par isso o
90 mesmo tem que ser negociado com a sociedade, sendo fundamental a participação do
91 CEHIDRO. Colocou ainda que em abril deve acabar a fase de diagnóstico, em seguida
92 vindo o prognóstico e a fase propositiva, com previsão de acabar o plano em Setembro. O
93 Sr. Sérgio complementou falando que é um processo de construção e é importante que
94 todos os interessados participem, por isso a necessidade de se levar os diagnósticos para
95 os encontros, para a sociedade participar do processo todo. Colocou ainda que nesta
96 primeira etapa os encontros serão para a discussão dos diagnósticos, depois se
97 retornando aos locais para mostrar os cenários futuros e em uma terceira etapa para
98 apresentar as proposições e estas serem discutidas pelos usuários e assim enfatizar os
99 pontos a serem destacados em cada uma das 27 unidades de gestão. Complementou
100 falando que os consultores deverão apresentar o relatório de diagnóstico em abril e que
101 este será totalmente disponibilizado e quem tiver interesse pode dar sugestões,
102 enfatizando que quanto melhor o diagnóstico melhor q qualidade das proposições. A

103 conselheira Alessandra Panizi questionou como o diagnóstico pode demonstrar para a
104 sociedade a importância do CEHIDRO, uma vez que ele não é prestigiado como ficou
105 demonstrado na discussão do Novo Código Ambiental, sendo respondida pelo Sr. Sérgio
106 que tem que existir uma ação política, devendo ser feita pressão para se ocupar este
107 espaço. O Sr. Wilson complementou que a sociedade tem que este espaço, mas como o
108 estado tem muita água, a sociedade se questiona o porquê de fazer o plano. Por isso,
109 complementou ele, temos que mostrar a água como um recurso econômico. Falou ainda
110 que a intenção dos consultores é fortalecer a Superintendência de Recursos Hídricos
111 interna e externamente e divulgar a importância dos recursos hídricos e colocá-lo como
112 recurso econômico seria um ponto importante. O conselheiro Antônio Vecchiato colocou
113 que a discussão com a sociedade é realmente muito importante para o plano ser efetivo e
114 complementou que na quinta-feira anterior à reunião (22/03/2007) foi o dia da água e que
115 o mesmo passou em branco. O secretário executivo colocou que faz dois anos que a
116 SEMA não realiza nenhum evento no dia da água, no primeiro ano devido a transição de
117 FEMA para SEMA e este ano devido a verba ter sido liberada muito perto da data, motivo
118 pelo qual resolveram fazer em novembro, na comemoração dos 10 anos da Política
119 Estadual de Recursos Hídricos. O conselheiro Antônio Vecchiato colocou que não se
120 referiu somente à SEMA, mas a sociedade toda, sendo afirmado pela conselheira
121 Ribenildes Carla que foi realizado um evento pelos engenheiros sanitaristas. O secretário
122 executivo agradeceu a presença dos consultores e colocou em votação a proposta de
123 resolução nº. 11, que institui a Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano Estadual
124 de Recursos Hídricos. Como nenhum conselheiro se manifestou contrário, a resolução foi
125 aprovada por unanimidade, sendo em seguida colocado pelo secretário executivo a
126 definição do grupo que integrará esta câmara, se oferecendo para isso, através de seus
127 representantes o FIEMT, o Instituto CREATIO, a UFMT, o IPAC, a UNEMAT, a SEMA e a
128 SEDER. O Sr. Sergio solicitou que uma das reuniões fosse realizada no dia 17 de maio,
129 pois os consultores estarão reunidos nesta data, o que foi aprovado pelos participantes. 8)
130 o secretário executivo colocou que o próximo ponto da pauta seria a aprovação das
131 alterações da Lei 8.097, que trata das águas subterrâneas, entretanto colocou a posição
132 dos técnicos da SEMA, que sugeriram que estas alterações ficassem paradas,
133 aguardando o término do plano, para então serem avaliadas e votadas, com o que os
134 conselheiros concordaram. 9) o secretário executivo passou então a palavra ao
135 conselheiro Décio Siebert, presidente da câmara técnica de construção de barragens para
136 que o mesmo fizesse uma explanação sobre o andamento da câmara técnica. O

137 conselheiro Décio Siebert iniciou a sua explanação colocando que inicialmente eram seis
138 membros da câmara técnica, mas que atualmente só três estão participando. A
139 conselheira Ribenildes Carla solicitou que fossem citados os participantes e o conselheiro
140 Décio Siebert citou IPAC, IBAMA, CREATIO, UFMT e ABAS. Os conselheiros Renato
141 Migliorini e Antônio Vecchiato se prontificaram a iniciar sua participação na câmara.
142 Continuando, o conselheiro Décio Siebert explicou que foram realizadas até o momento
143 três reuniões e que utilizaram como ponto de partida uma lei específica do Espírito Santo.
144 Colocou também que participam da reunião técnicos da CAAP e da CIE, onde se
145 preocupam com o atendimento as necessidades de quem utiliza estas barragens mas
146 também com a segurança dos barramentos e que se tem a preocupação de incluir as já
147 existentes. O conselheiro Rogério Silva questionou como é o procedimento da SEMA na
148 Piscicultura, respondido pelo secretário executivo que não sabia, mas poderia verificar
149 inclusive se estava sendo aplicada a lei do Dep. Sérgio Ricardo. A conselheira Alessandra
150 Panizi colocou que a lei não está sendo aplicada nos pontos conflitantes e que
151 provavelmente será derrubada com a nova lei ambiental do estado. O conselheiro Rogério
152 Silva ponderou que é uma lei, deve ser levada em consideração e que temos que saber
153 sobre a autorização de despesca. A conselheira Alessandra Panizi colocou então que vai
154 ser dada a autorização, mas que os técnicos responderão penal e civilmente, visto que
155 com esta autorização eles dão um documento de que a empresa está de acordo com o
156 órgão ambiental. Continuando com a apresentação dos trabalhos da Câmara técnica de
157 construção de barragens, a conselheira Cínthia Barroca apresentou a tabela utilizada na
158 tipificação das barragens, sendo questionada pelo conselheiro Rogério Silva se o peso
159 dado é de acordo com o impacto, a que ela respondeu sim. Em seguida, a conselheira
160 Alessandra Panizi apresentou o decreto e as alterações feitas até o momento, enfatizando
161 o artigo 19, parágrafo único, onde o CEHIDRO é colocado como órgão recursal. Ela
162 explicou que o Ministério Público tem interesse em retirar do CONSEMA e do CEHIDRO a
163 função recursal, pois entende que estes não estão cumprindo sua função, uma vez que o
164 CONSEMA só tem atuado na discussão de autos de infração, fugindo de sua função
165 principal. A conselheira Cínthia Barroca colocou que quem tem comitê de bacia
166 dificilmente vai recorrer ao CEHIDRO, pois 90% dos conflitos são resolvidos dentro do
167 comitê. O conselheiro Rogério Silva colocou que o sistema de atuação do CONSEMA
168 agora mudou e que a função do CEHIDRO é gerir políticas para recursos hídricos e que
169 esta parte pode ser deixada para o CONSEMA, que tem função diferenciada e pode
170 discutir todo o meio ambiente. A conselheira Alessandra Panizi colocou que é mais fácil

se discutir as multas no conselho porque aqui se segue a opinião da maioria e que o o
CONSEMA não pode legislar sobre recursos hídricos, e se ele julgar, vai querer legislar
também, o que dificulta a discussão. O conselheiro Décio Siebert colocou que o foro
adequado para se discutir é o CEHIDRO, que tem todos os setores representados. O
conselheiro Rogério Silva colocou que o CONSEMA pode legislar sobre recursos hídricos,
sendo respondido pela conselheira Alessandra Panizi que pode mas não deve. O
conselheiro Antônio Vecchiato afirmou que o conselho tem que assumir as
responsabilidades, concordando com o conselheiro Décio Siebert e a conselheira
Alessandra Panizi que as discussões devem ser no CEHIDRO. A conselheira Alessandra
Panizi sugeriu que se colocasse em votação se é recursal ou não, sendo apoiada pelo
conselheiro Décio Siebert. O conselheiro Rogério Silva colocou que o CONSEMA se
perdeu e que tem receio que o mesmo ocorra com o CEHIDRO, sugerindo que as
discussões dos autos de infração sejam de manhã e a discussão das políticas a tarde ou
que sejam marcadas reuniões extraordinárias. O conselheiro Décio Siebert colocou que o
número de processos vai ser menor, devido a menos abrangência. O secretário executivo
colocou que na Lei nº. 6945 artigo 20 inciso 9 fala que o conselho é recursal e que
estariamos só cancelando. A conselheira Alessandra Panizi colocou que tem que se
criar uma junta de julgamento que daria uma decisão em segunda instância e que poderia
se questionada no plenário, que seria a última instância. A conselheira Cínthia de Castro
colocou que a fundamentação está na lei nº 6945. O secretário executivo colocou em
votação e foi aprovado por unanimidade que o CEHIDRO seja recursal. O Conselheiro
Renato Migliorini pediu um minuto e colocou que foi aprovado o Mestrado em Recursos
Hídricos na UFMT e que estão em fase de estruturação, devendo ser aberta a primeira
turma em julho de 2007, tendo a intenção, assim que se tiver a nota da CAPES, abrir
também o doutorado. Em seguida, o secretário executivo colocou em votação a
aprovação da ata da 5ª reunião ordinária do CEHIDRO, sendo a mesma aprovada. Nada
mais havendo a declarar o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e
encerrou a reunião às 11:50 hs e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que
será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de
Recursos Hídricos – CEHIDRO.

LUIS HENRIQUE C. DALDEGAN

Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE M. NOQUELLI

Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 06/06/2007.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*